



Apoio social às comunidades imigrantes vai continuar

● A confirmação foi avançada por Pedro Silva Pereira, afirmando não estarem previstos cortes nas despesas das políticas sociais para a integração dos imigrantes



MARIO CRUZ/LUSA

Pedro Silva Pereira falava na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

LUSA
Açoriano Oriental

O ministro da Presidência garantiu ontem que as políticas de apoio social aos imigrantes não serão prejudicadas com as medidas de austeridade e contenção de despesa anunciadas pelo Governo.

Respondendo a uma pergunta do deputado social-democrata Bacelar Gouveia na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Pedro Silva Pereira afirmou que as medidas de redução da despesa pública reflectir-se-ão no campo da “despesa corrente”, nomeadamente com “despesas de pessoal e recurso a outsourcing”.

“Não está previsto que as despesas das políticas sociais para a integração dos imigrantes sofram prejuízo”, disse, referindo-se às de “apoio às associações de imigrantes e financiamento do programa Escolhas” de integração de jovens em bairros problemáticos, que no período de vigência actual (2010-2012) tem prevista a aplicação de 38 milhões de euros.

Pedro Silva Pereira adiantou que o novo plano para integração de imigrantes, a vigorar até 2013, deverá estar pronto durante o mês de Junho e contemplará, entre outros aspectos, o diálogo in-

tercultural com novas comunidades de imigrantes vindos da Europa, que não falam português, e a integração dos idosos imigrantes.

A deputada do CDS-PP, Teresa Caeiro, apontou as discrepâncias salariais persistentes entre homens e mulheres, ao que o ministro respondeu que o “nível estimado” de diferenças de salários é de “9,4 por cento” face uma média europeia de “16 por cento”, considerando que os números portugueses “comparam bem, o que não quer dizer que não devemos tentar acabar com os nossos nove por cento”.

Ao deputado Miguel Tiago (PCP), que apontou o aumento de “47 600 mulheres desempregadas” este ano em relação ao período homólogo do ano passado, Silva Pereira indicou que a integração das mulheres no mercado de trabalho português é de “61 por cento”, quando o nível europeu é “58 por cento”, admitindo: “Temos problemas, muitos deles associados à crise económica”.

Pelo Bloco de Esquerda, Cecília Honório questionou Pedro Silva Pereira sobre as medidas para combater o insucesso e o abandono escolar entre os jovens das comunidades imigrantes.

O ministro afirmou que o programa Novas Oportunidades também está disponível para essas comunidades e que o combate ao abandono se faz por via de projectos do programa Escolhas.

Na audição, Pedro Silva Pereira destacou ainda o facto de “19 500 crianças nascidas em Portugal”, filhas de imigrantes, terem até Março deste ano adquirido nacionalidade portuguesa ao abrigo das condições da lei da nacionalidade aprovada em 2006, indicando que esta legislação é uma das “boas práticas” reconhecidas a Portugal pela Comissão Europeia. ♦